

Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo

Entrevista com o Prof. Manuel Carlos Chaparro

Entrevistaram: Manuel Pinto, Helena Sousa, Joaquim Fidalgo, Felisbela Lopes e Sara Moutinho

Nasceu no Ribatejo, foi jornalista no extinto *Diário Ilustrado*, em Lisboa, e em alguns dos grandes jornais brasileiros. No Brasil fez toda a sua formação académica, sendo hoje, lá e cá, um dos nomes de referência dos estudos jornalísticos. Manuel Carlos Chaparro é professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e foi presidente da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. É autor de numerosos trabalhos, nomeadamente os livros *Linguagem dos Conflitos* (Coimbra: Minerva, 2001), *Pragmática do Jornalismo – Buscas para uma teoria da ação jornalística* (Summus, 1994) e *Sotaques d’Aquém e d’Além Mar* (Jortejo Edições, 1998). Concebeu e dirige o *Re-escrita*, “um projecto de natureza académico-profissional, para a crítica, a pesquisa e a discussão do Jornalismo e de outras linguagens da Comunicação” (www.reescrita.com.br).

Aqui ficam algumas partes de uma longa e agradável conversa, mantida em Julho de 2003.

P – Para inventariar algumas questões que se colocam no campo da formação em jornalismo, poderíamos partir da actual situação brasileira, fazendo a ponte com o caso português, que bem conhece.

MC – O ensino do jornalismo no Brasil é fortemente influenciado pela legislação que cria a obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão. Falo de uma lei que vem da década de 60, que cumpriu um papel importante, na época, na medida em que serviu para moralizar a profissão, já que o jornalista era um cidadão diferente no Brasil. Não pagava imposto de renda, viajava de graça... Bastam esses dois aspectos para explicar por que o bispo era jornalista, o advogado era jornalista, todos eram jornalistas. Esta situação reflectia uma relação promíscua entre os poderes e a imprensa, que está na raiz da história da imprensa brasileira, e que tem marcado ao longo do tempo o relacionamento entre jornalistas e poder. Essa legislação, nascida num cenário de conflito com os profissionais de relações públicas, assume um esquema muito interessante, montando um modelo de comunicação quase científico.

P – De onde vinha esse modelo?

MC – Na origem desse modelo estavam os grupos, as entidades de relações públicas que conseguiram uma regulamentação da profissão que lhes dava quase a totalidade

do domínio sobre os profissionais de jornalismo. Por exemplo, cheguei a ter uma empresa que fazia jornais e revistas para terceiros e fui multado pelas entidades de relações públicas, porque não tinha um profissional de relações públicas. Essa regulamentação da profissão dos jornalistas surgiu como uma reacção corporativa contra o avanço das relações públicas no mercado da comunicação. Depois essa história teve desdobramentos, e é com base nessa experiência que, mais tarde, o trabalho da assessoria de imprensa, por exemplo, foi incorporado no mercado de trabalho dos jornalistas. Mas essa é uma história paralela... No que diz respeito à legislação, ela teve o grande mérito de moralizar a profissão, porque criou a exigência do diploma, criou também uma fase de transição para os jornalistas que não eram diplomados e que estavam na profissão e que, para continuarem a ser jornalistas, tinham que demonstrar que estavam a trabalhar como jornalistas. Na verdade, essa lei produziu vários efeitos. Um deles foi a proliferação de escolas de jornalismo, porque havia uma reserva de mercado previamente garantida. Se para entrar no mercado de trabalho dos jornalistas era necessário o diploma, então era igualmente preciso haver escolas.

P – Estamos a falar de que ano?

MC – 68, a origem da lei. Passámos a ter um cenário em que, de um lado, se fortaleceu uma definição da profissão e, do outro, se deu uma explosão do ensino do jornalismo como resposta natural a uma demanda que se criava. Havia um currículo mínimo que o Ministério da Educação tinha, mas que era uma coisa que, na minha opinião, já nasceu anacrónica e que influenciou todo um certo ensino do jornalismo muito construído em cima de segmentações. Isto aconteceu até para acomodarem os próprios professores, que tinham as suas áreas e que criaram disciplinas que assentavam nelas. Jornalismo comparado, jornalismo científico, jornalismo especializado, um monte de recortes assim que não tinham a amarrá-los um conceito mais amplo de formação. Ao mesmo tempo havia as matérias teóricas – Sociologia da Comunicação, Psicologia da Comunicação, etc. – que acomodavam um pouco a exigência do currículo mínimo, mas principalmente o conjunto de professores que vinha de outras áreas para constituir massa crítica dentro dos cursos de jornalismo. Vinham já com títulos, etc., e aí se abriam as disciplinas para os campos em que os professores actuavam.

P – E esses cursos eram autónomos ou encontravam-se enquadrados em departamentos como os de Ciências Sociais, Linguística?...

MC – Situavam-se no interior de escolas de Comunicação Social. Em alguns casos, os cursos eram autónomos, noutros faziam parte daquele tipo de formação que é comum em Portugal. Há uma licenciatura em Comunicação Social e, a partir de um certo momento, criam-se áreas mais especializadas. Dentro disso cresceu um modelo de inspiração americana, que é o modelo que está sempre mais próximo. Houve aqui professores importantes. Luís Beltrão e José Marques Melo talvez tenham sido os mais importantes nesse momento. O Luís Beltrão foi um pioneiro. Criou o curso em Brasília e em Pernambuco e definiu também um certo modelo do ensino de jornalismo que tinha relação com os livros que publicava, onde trabalhava muito a questão dos géneros:

o jornalismo interpretativo, o jornalismo informativo, o jornalismo opinativo. Esse foi um modelo preliminar que organizou os cursos de jornalismo e que, de alguma forma, tinha uma inspiração americana. Havia ali um espelho muito vivo e muito próximo, até porque os Estados Unidos eram, desde a década de 20, um ambiente para onde os jornalistas brasileiros iam estagiar, iam aprender. No entanto, vale a pena recordar que, até à década de 20, a influência no jornalismo brasileiro era a francesa. Em finais da década de 20, os americanos começaram a instrumentalizar toda uma política de exportação cultural, exportação de modelos culturais: a música, o cinema... E um dos alvos também foi a imprensa. Foi nessa ocasião que foi criada a Sociedade Americana de Imprensa, uma sociedade de empresários, de jornalismo de imprensa.

P – *Que ainda existe e é muito forte...*

MC – Sim... Ela foi criada nessa época, surgindo ao mesmo tempo políticas americanas para atrair jornalistas para os Estados Unidos, para ver como a imprensa funcionava. Por essa altura, criou-se inclusive uma polémica cultural muito interessante entre os “americanistas” e os francófonos. Isto atravessou várias décadas de modo que todos os grandes projectos de reforma da imprensa brasileira são projectos coordenados por jornalistas que estiveram nos Estados Unidos. E o modelo americano se inculcou no jeito da imprensa brasileira. Por exemplo, na década de 50, o projecto do *Jornal do Brasil* tornou-se um paradigma, trazendo para a imprensa brasileira todo o modelo americano do *lead*, etc... Penso que o JB aperfeiçoou o modelo americano. Mais recentemente, temos a *Folha de S. Paulo*, que foi também toda ela um projecto influenciado pela imprensa americana: o Carlos Eduardo Lins da Silva – que teve uma influência fundamental na definição teórica do projecto – passou dois anos nos Estados Unidos. Então, isto aí também vem pela mão dos teóricos... E aí vieram certos *viéses* que influenciaram muito o ensino do jornalismo: o funcionalismo, a visão “funcionalista” das coisas marcou o jornalismo comparado e todas as derivações, a comunicação comparada... mesmo a metodologia científica, a ênfase nas quantificações...

P – *Na sua formação, que tipo de relação teve com esse processo?*

MC – Eu entrei com 45 anos na faculdade, de maneira que vivi um pouco essa fase como aluno. Eu já era jornalista, mas achei que não compreendia bem as contradições do jornalismo e resolvi estudar. A gente tinha um curso que era tido como o melhor curso do Brasil, que era a melhor escola brasileira – eu acho que ainda é! –, mas era um curso de jornalismo em que havia dois tipos de professores, sem existir uma visão integrada. De um lado, havia os teóricos não-jornalistas, que estavam a fim de fazer a cabeça dos alunos. Por exemplo, o meu professor de Sociologia da Comunicação passou um semestre a discutir o *Manifesto Comunista*. Esse núcleo de professores, que não eram jornalistas, não tinha contacto com o jornalismo a não ser um contacto intelectual, e num momento em que havia um grande esforço ideológico de produzir uma certa argumentação política de esquerda. No primeiro ano aprendia-se muito com esses professores. No segundo, eles repetiam-se, com outras disciplinas, outros nomes, mas a dizer as mesmas coisas. Do outro lado, havia os profes-

sores que eram profissionais e que não sabiam nada de conceitos e teorias, davam receitas: o *lead* se faz assim, o título se faz assim... E como normalmente esses professores profissionais não eram da melhor estirpe, a gente acabava tendo um receituário muito empobrecido.

Para além disto, havia uma precariedade de meios muito grande, não se conseguia fazer experimentação. Isso era compensado porque vivíamos numa universidade muito boa, no conjunto, e a qualidade da discussão compensava um pouco isso.

O modelo de ensino que se implantou foi muito influenciado pelo modelo americano, o conceito de curso era um conceito de curso voltado para o mercado, mas isso aí era misturado com uma visão ideológica dos processos político-sociais, que era trazida para os cursos por esses professores que vinham de outras áreas, da sociologia, da antropologia, da filosofia, das letras, etc.

P – ... o que correspondia mais a uma visão europeia do que americana, não era?

MC – Sim, acredito que sim, até porque na USP [Universidade de S. Paulo], nessa área, a influência francesa foi muito forte. E isso criava uma certa contradição nos cursos e uma divisão muito profunda, porque os professores não se entendiam e talvez se detestassem... Os teóricos chamavam os outros de “professores do Senai”. O Senai [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial] ensina a fazer as coisas: é uma entidade de ensino da indústria, que prepara técnicos – Lula [da Silva] fez o curso do Senai e aí se tornou torneiro mecânico. Lembro-me que havia discussões e os professores não se misturavam. “Isso aí é a parte do Senai, e a gente não entra”. E vice-versa: “Aqueles caras não ensinam nada, só ensinam teoria, não tem nada a ver, nunca passaram perto de uma redacção”, e ficava-se nessa discussão. Eu fiz o curso em 1979, de 1979 a 1982; só a partir daí as coisas começaram a melhorar, porque começou a surgir a pós-graduação.

P – De quantos anos eram os cursos?

MC – Quatro anos. E as escolas se desenvolveram. Cresceram, sem controlo, cursos muito ruins, não havia corpo docente. Se na USP não tínhamos um corpo docente bem preparado, imagine no resto do Brasil. Então os cursos eram muito precários muito por causa dessas circunstâncias de origem. Ultimamente, nós estamos vivendo uma nova fase. No governo de Fernando Henrique, criaram-se mecanismos de avaliação dos cursos que, embora imperfeitos, criaram mecanismos fortes de avaliação e que supõem condições que as escolas devem oferecer para dar os cursos, como por exemplo os laboratórios. É que a legislação brasileira também tem um outro negócio que influenciou muito os cursos, que é a proibição do estágio. Naquela legislação da década de 60, que moralizou a profissão, uma das coisas que a legislação produziu foi a proibição do estágio. Porque o estagiário era explorado como mão-de-obra barata. E aí se partiu para a solução radical oposta: proibir o estágio. Com a proibição do estágio, se criou uma espécie de obrigatoriedade – e isto influenciou muito, depois, os padrões de avaliação dos cursos – de as escolas terem recursos para compensar a falta do estágio. Daí a importância dos jornais de laboratório, os

produtos laboratoriais, que passaram a ser uma peça importante dos cursos de jornalismo. Isso levou tempo, mas hoje todos os cursos têm vários produtos laboratoriais. As escolas hoje são muito avaliadas por essa capacidade de oferta.

P – A proibição do estágio ainda se mantém?

MC – Mantém-se, embora na prática esteja sendo desrespeitada. Porque também a obrigatoriedade do diploma está sendo desrespeitada, sob a liderança da *Folha de S. Paulo*. Eu pessoalmente estou convencido de que cairá a obrigatoriedade do diploma, porque a cultura é outra, as coisas são diferentes, não há mais a ditadura – e essas decisões têm por base o princípio constitucional do direito à liberdade de expressão. E há determinada corrente jurídica que considera que a lei de reserva de mercado, da obrigatoriedade de diploma, é um cerceamento da liberdade de expressão.

P – No entanto, o sindicato continua a fazer uma força muito grande para manter a obrigatoriedade do diploma.

MC – Sim, porque essa lei fortalece o sindicato. Mas as opiniões estão muito divididas. Há evidências de que o Sindicato já está a trabalhar num outro esquema que seria o da Ordem dos Jornalistas. Para controlar a actividade profissional. Penso que o diploma fraqueja. Por exemplo, se a *Folha de S. Paulo*, que é um jornal muito forte, diz “não, eu não respeito a lei”, e não acontece nada, então não há razão para que os outros respeitem a lei, não é? Principalmente no que se refere ao estágio. Já é uma prática aberta, embora sem a característica anterior de exploração da mão-de-obra. Eu acho que o estagiário hoje já entra no mercado de trabalho com uma certa protecção.

P – Só para terminar aquela ideia sobre os mecanismos de avaliação na altura do presidente Fernando Henrique Cardoso...

MC – Ah, sim. Os mecanismos de avaliação mudaram o perfil do ensino. Mas também foi possível mudar por causa da pós-graduação. Se se criam cursos de pós-graduação, cria-se consequentemente uma capacidade de reflexão, uma capacidade de avaliação crítica, e também uma capacidade de formar gente que vai acabar por influenciar a qualidade e a discussão dos cursos. Por exemplo, na ECA [Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo], há uma nítida relação de... pólos, vasos comunicantes, entre graduação e pós-graduação. Até porque o curso está organizado em núcleos de pesquisa, que trabalham simultaneamente a graduação e a pós-graduação. No caso da ECA, existem cinco áreas de estudo, áreas de pesquisa, de investigação: jornalismo e linguagem; jornalismo e cidadania; jornalismo comparado; jornalismo, tecnologia e mercado; e epistemologia do jornalismo. Os professores organizam-se e, como há uma política de bolsas, acaba havendo núcleos de trabalho em torno de projectos de investigação e a pós-graduação também. Essas são as alternativas que se colocam aos candidatos à pós-graduação em termos de áreas. Acaba sendo uma forma de o curso se vitalizar, e também de às vezes entrar em crise, não é?

P – *E hoje como foi resolvido o problema, que referia atrás, da clivagem entre os teóricos e os profissionais?*

MC – Isso ainda existe um pouco, mas está bastante suavizado. Por um lado, os profissionais fizeram pós-graduações; por outro, a força dos projectos laboratoriais acabou envolvendo os professores teóricos directa ou indirectamente. Apesar da resistência de certos grupos, que vêem o jornal laboratorial, a revista, etc., como uma ferramenta profissional, eu penso que cada vez mais cresce a convicção de que ali não está só o ensino técnico, mas o reflexo do conjunto da formação que o aluno recebe. Pessoalmente defendo muito que as equipas dos jornais de laboratório sejam também integradas por professores que, não sendo da área técnica específica do jornalismo, podem dar uma grande contribuição, por exemplo, na discussão de assuntos, discussão crítica, etc. A pós-graduação ajudou muito a derrubar essas fronteiras. Nos núcleos há professores das duas áreas, o que enriquece a discussão.

P – *Em relação ao estágio, porque diz que actualmente já não se colocam o mesmo tipo de lógicas de exploração? O que é que aconteceu, o que é que mudou para o estágio, ou a relação dos empregadores com o estágio, ser diferente neste momento?*

MC – Mudaram algumas coisas. A principal delas talvez tenha sido a sociedade brasileira que é agora outra, ou seja, as coisas são discutidas mais abertamente. Por outro lado, os cursos preparam melhor os alunos do que preparavam antes. Então, o aluno que vai para o mercado de trabalho vai para funcionar bem. E, aí, eu acho que há um padrão mínimo de remuneração que é um padrão que me parece aceitável. Houve também um momento, o do *boom* da Internet, quando o mercado de trabalho ficou extremamente excitado, em que recebia pedidos e não conseguia encontrar alunos para trabalhar, porque se empregavam facilmente recebendo salários às vezes competitivos. Quando o estagiário tem qualidade, é bem remunerado; mas, quando não tem qualidade, é rejeitado pelo mercado. Ao contrário de antigamente, em que se mandava um estagiário em reportagem para a rua e ficava na redacção um jornalista mais antigo, que escrevia depois o respectivo texto, hoje não existe nada disso. Mudou o mercado, mudou, digamos assim, o perfil do mercado. Você tinha o *copydesk*, tinha revisão, tinha não sei o quê, e hoje não tem nada disso. O repórter tem que saber várias coisas. E como os cursos melhoraram, por causa da avaliação, por causa dos laboratórios, etc., então o aluno que sai dos cursos de jornalismo, apesar das muitas críticas que os profissionais veteranos fazem ao recém-formado – sempre fizeram e vão continuar a fazer –, a verdade é que estão mais bem preparados.

P – *Mas, para além de uma preparação melhor, não haverá também do lado das empresas razões económicas, de terem estagiários se calhar com um salário muito baixo...*

MC – A coisa não está solta assim. É certo que a lei está começando a ser transgredida, mas ainda existe, e há o factor sindical.

P – *E a pressão das universidades no sentido de haver um estágio?*

MC – Há uma certa pressão das universidades. Só que o estágio que se propõe das universidades é uma discussão que não está resolvida. As universidades defendem o ponto de vista de que o estágio deve ser uma actividade académica, não profissional. Então, deve haver um acompanhamento do professor. Na prática, isso é muito difícil.

P – *E qual é o argumento, por exemplo, da Folha de S. Paulo?*

MC – A *Folha de S. Paulo* é uma história muito interessante, porque acontece o seguinte: o director do jornal é um dos filhos do proprietário a quem o sindicato negou o registo como jornalista. A partir daí, ele passou a travar uma guerra pessoal contra o sindicato. E a guerra dele é essa... “Porque é que eu não sou jornalista? Então vamos derrubar essa lei, vamos mostrar que essa lei não vale nada”. Como é um jornal muito poderoso, isso gera uma certa cultura, e essa contamina outra. Mas há jornais, por exemplo, que ainda não contratam estagiários, nem pessoas sem diploma. É o caso do *Estado de S. Paulo* e muito outros jornais.

P – *Em termos mais globais, na sua opinião, é possível formar um jornalista sem que ele passe por uma redacção?*

MC – Acho que não. Pessoalmente, preferia que houvesse o estágio integrado no curso, mas com uma orientação académica. Mas é muito difícil. Por isso, defendo que haja bons laboratórios, com bons professores e uma linha de ensino que incorpore ao saber académico o saber da produção prática. Há um saber produzir na prática que não se pode perder na formação do aluno. Embora sendo muito difícil, penso que é possível. Tenho essa experiência pessoal. Enquanto dei aulas de graduação, os meus alunos sempre foram lá ver como se faz. Não para ficarem deslumbrados, mas para fazer crítica, para desmistificar. Ter bons laboratórios constitui uma peça importante não apenas para aprender a fazer mas também para aprender a pensar, no sentido em que constroem um espaço para o qual pode convergir a integração das várias vertentes do saber. Como eu já disse, defendo que as equipas dos jornais-laboratório, não sejam só formadas por profissionais que dominam as técnicas, mas que sejam formadas por pessoas das áreas ditas mais teóricas. Os professores de metodologia, de filosofia ou sociologia porque é que não podem fazer parte da equipa do jornal ou da revista? Ajudariam a discutir o jornal. Eu penso também que, nesta visão do curso, os jornais-laboratório seriam uma ferramenta privilegiada para fazer a autodiscussão do curso. Ao analisar-se uma sequência de jornais, de revistas ou de programas de televisão consegue-se ver que tipo de ensino está sendo ministrado aos alunos. Não apenas na maneira como eles escrevem, ou na maneira como eles “diagramam”, mas na maneira como eles vêem e pensam o mundo. Cheguei a propor para o meu curso seminários onde se analisasse um produto laboratorial com professores externos ao laboratório. A partir da análise crítica, far-se-ia a discussão do curso não só do trabalho dos professores das aulas com uma componente mais prática, mas de todos. Isso foi aprovado, mas acabou por não ser implantado. No entanto, acho que os laboratórios podiam ser uma grande ferramenta de articulação dos cursos.

P – *Vê esses laboratórios como relevantes, a partir, por exemplo, do meio do curso ou desde o primeiro ano?*

MC – Desde o início, desde o primeiro ano. Eu não acredito no ensino do jornalismo sem a prática. Não acredito que se ensine a fazer notícias na simulação. Na simulação, pode ensinar-se a fazer um título, a abertura de uma matéria, mas não se submete o aluno às injunções e às circunstâncias críticas da notícia. Qualquer que seja o jornal, deve ser um jornal de verdade. Com periodicidade, compromissos, um cenário social onde tenha um papel a cumprir, um público, etc. Isto às vezes é difícil. Talvez seja um pouco de vaidade minha, não sei..., mas acho que o curso de Jornalismo da ECA melhorou quando passámos a ter um jornal de verdade no primeiro ano, que era, e continua a ser, um jornal de uma favela. Uma boa parte dos alunos nunca tinha entrado numa favela e, com esse trabalho, passa a defrontar-se com a necessidade de descobrir e conviver num ambiente que é um recorte da realidade brasileira. Talvez não seja a realidade dele, mas é a realidade de uma boa parte do povo brasileiro. A favela pode ter tudo o que a gente pode imaginar de ruim, mas é uma comunidade relativamente organizada. Essa favela onde nós fazemos o jornal é uma população de 10 a 15 mil habitantes, que tem uma base de “organicidade”, uma cultura, costumes, medos, problemas... Neste processo, é preciso ter muita lucidez e sensatez, para não se fazer um jornal paternalista, que substitua a comunidade. Não é só ensinar a fazer jornalismo, é ensinar a se relacionar com o mundo. E isto é um aprendizado, eles terminam o curso e falam “O melhor momento do curso foi aquele”. Eu tenho lá depoimentos escritos de alunos que guardo, porque foi uma descoberta. Ao mesmo tempo, é uma iniciação ao jornalismo. Ao fim de 15 dias, eles estão a fazer o jornal.

P – *E entra em concorrência directa com os outros jornais que estão no mercado?*

MC – Não, é um jornal quinzenal, distribuído directamente na favela pelos alunos, que cumpre um papel que os outros não cumprem. Começámos com cem exemplares que colávamos na parede. Esse modelo depois foi copiado por outras universidades. É baratíssimo. Portanto, começou por ser um jornal mural, porque não havia dinheiro. Essas folhas eram colocadas nos bares, nos locais de convergência. A população, a comunidade, por algum critério de representação, participava nas reuniões de pauta, que são as reuniões de discussão de agenda. “Pauta”, no sentido em que nós usamos no Brasil, é melhor que “agenda”, é mais completo, mais complexo, porque “pauta” é a invenção da matéria. Não é só o que deve ser notícia... é a discussão, é a criatividade, é a criação da matéria.

P – *E a avaliação, também, não é?*

MC – É, também, mas ela é o momento de criar sem limites a partir dos factos. Esse momento é fundamental para ensinar, por exemplo, que a pergunta essencial para fazer a um jornal não é “o que nós vamos publicar?”, mas “o que está acontecendo?”. A tentação de um aluno de classe média ou média-alta, que vai fazer um jornal de favela é: “o que é que eu vou fazer para educar as pessoas, para ensinar as

peçoas, para ajudar a resolver o problema das peçoas?”. E ele vai aprender a fazer outra pergunta que é “o que é que está acontecendo lá?” e, a partir daí, pensar o jornal, com os protagonistas da comunidade. É um momento essencial para ele aprender que o seu poder tem certos limites. Ele não pode, por exemplo, usar as peçoas como quiser. É o momento para aprender que quem tem que resolver os problemas da comunidade é a comunidade. O jornal não tem que se substituir a ela. É o momento de aprender a escrever, a fazer títulos, a tirar fotografia, a pensar o jornal, a se iniciar nas tarefas, um escreve, outro edita... É o momento que ele tem de aprender que não pode escrever o que quiser, quando quiser – tem espaços, tem hierarquias, tem coisas mais importantes, coisas menos importantes. E, ao mesmo tempo, está a relacionar-se com o mundo real, com uma colectividade que precisa se identificar com o jornal. Isto é feito, quando, noutras disciplinas, se estuda Ciência Política, Sociologia, Linguagem, etc. E ele que faça os cruzamentos. No segundo semestre, os alunos têm um laboratório, uma publicação – que hoje está na Internet – que é uma agência de notícias que faz divulgação científica. Passa-se, então, a tratar assuntos mais complexos, que obrigam a contactar fontes mais complexas, a lidar com conteúdos que exigem uma atitude intelectual com uma certa maturidade. No outro período, logo a seguir, há que fazer um jornal, de quinze mil exemplares, que circula na cidade universitária, que capta os conflitos da vida universitária. Depois tem uma revista mais voltada para a grande reportagem, para um jornalismo mais literário. Simultaneamente há um trabalho com rádio e televisão. Mas a vocação do curso é predominantemente de imprensa.

Os laboratórios são a espinha dorsal do curso, do meu ponto de vista. A formação que o aluno recebe na sua globalidade tem que se projectar, tem que aparecer no jornal-laboratório. Isto tem que ser detectado numa avaliação crítica. A gente não faz ainda, mas eu acho que esse poderia ser um caminho interessante.

P – Em Portugal, nos anos 80 e, sobretudo, 90, começam a ganhar expressão páginas mais especializadas: em economia, ciências, cultura e outras áreas temáticas, como o ambiente, por exemplo. Como preparar os jornalistas, ou os futuros jornalistas, para esta realidade?

MC – Não existe uma preparação específica. Um bom jornalista vai ser capaz de escrever sobre meio ambiente, sobre ciência... Onde é que está a especialização? Está no “acúmulo” de informações, não está na maneira diferente de escrever. Penso que não devemos valorizar demais a especialização. Se isso acontece, corre-se o risco de o jornalista passar a fazer um discurso especializado. E, aí, passar a escrever para quem não precisaria, quer dizer, escrever sobre ciência para cientistas, sobre economia para economistas, que é uma coisa bastante frequente, na minha opinião. As páginas de ciência, não tenho muita dúvida de que são lidas quase só por cientistas.

P – E mesmo esses muitas vezes se queixam de que a linguagem não é suficientemente rigorosa...

MC – A especialização existe em áreas em que se precisa entender o que está acontecendo. E para entender o que as coisas significam é necessário ter um “acúmulo” de

informações que em pouco tempo se adquire. Um bom profissional escolhe as suas fontes, vai acumulando e ao fim de pouco tempo é capaz. Na ciência, talvez haja uma divisão um pouco mais complicada de áreas, mas mesmo assim eu tenho dúvidas se isso é jornalismo. O jornalismo, qualquer que seja a sua área de especialização, não pode perder a perspectiva de que o principal papel é o de socializar o conhecimento. Quando se assume o discurso especializado, assume-se também uma submissão à fonte especializada, o que é extremamente perigoso.

P – Mas poderia haver, por exemplo, ao nível da pós-graduação ou de cursos específicos?

MC – Sim, sim. Aliás, é uma das coisas muito interessantes do nosso currículo, porque, a partir do segundo ano – do segundo semestre, aliás –, o aluno obrigatoriamente tem que começar a fazer disciplinas optativas fora da área do jornalismo. Numa gama de possibilidades, tem que escolher um campo complementar, preferencial. O que se exige é um mínimo obrigatório.

P – É a lógica “major” e “minor” americana...

MC – Sim, o modelo é americano. Se o sujeito quiser ser crítico de cinema, tem que fazer disciplinas de cinema. Essa é uma maneira de você resolver esse problema. Mas isso atende mais à necessidade do sujeito ter a cultura, mas isso não deve influenciar o discurso jornalístico. Esse tem que ser um discurso compreensível, claro e basicamente influenciado pela expectativa do leitor. O sujeito, quando se especializa, não pode perder essa noção de que o discurso jornalístico, em termos de estilo, tem a sua principal razão na expectativa do leitor. E não na personalidade do autor ou na força da fonte. Quando se assume que somos jornalistas, assume-se que vamos ser profissionais de um ramo de linguagem em que a expectativa do leitor é o factor decisivo. Escreve-se para se ser compreendido. Uma outra coisa que se sobrepõe à própria personalidade do autor é a tradição. Não se pode fazer textos sem títulos, escrever o quanto se quer, atribuir a mesma importância a todas as coisas, por exemplo. Isto faz parte dos condicionamentos do jornalismo. Mesmo no artigo editorial, se o sujeito perder a noção de que é a perspectiva do leitor o factor de procedência mais importante do estilo, provavelmente vai fracassar.

P – Poderia tentar explicar-nos melhor como é que evoluiu este curso ao longo dos tempos? Que tipo de reestruturações é que sofreu, que opções foram tomadas?

MC – O curso da ECA, da Escola da Universidade de São Paulo, é muito influenciado pelo facto de ser um curso da Universidade de São Paulo. A mentalidade dos professores não está muito voltada para as relações com o mercado. O curso da ECA é um pouco diferente de outros cursos. Por exemplo, o curso [da Universidade Federal] de Santa Catarina, que é um bom curso de Jornalismo, relaciona-se muito com as demandas do mercado. Eu penso que cada curso tem a sua vocação, que é o resultado de um conjunto de circunstâncias. No caso da ECA, a pós-graduação tem hoje uma influência muito grande sobre o perfil do curso de Jornalismo. O que se estudou para delinear as formas mais modernas e mais recentes do curso foi o ensino americano que

teve uma influência muito grande sobre o modelo que nós adoptámos. Há três grandes momentos... A fase preliminar foi aquela de que falei, onde de um lado estavam os professores ditos teóricos e do outro lado os professores ditos técnicos, sendo ambos aparentemente coisas inconciliáveis. Há depois a fase que produziu uma grande melhoria da massa crítica do curso e que foi a da pós-graduação, em que os professores técnicos foram adquirindo uma formação mais académica.

P – A pós-graduação é muito procurada por profissionais no activo? Jornalistas?

MC – Não muito, mas é procurada. No entanto, os professores da ECA, por razões de carreiras, foram obrigados a fazer pós-graduações, o que mudou o perfil do corpo docente, criando, conseqüentemente, canais de relacionamento entre as áreas. Depois isto foi fortalecido pela criação dos núcleos de pesquisa. A criação dos núcleos de pesquisa veio no bojo de um projecto que depois foi abandonado, que era de criar uma pós-graduação só de Jornalismo, que foi um projecto do José Marques de Melo. Que chegou a ser implementado, mas depois houve problemas burocráticos, de relacionamento lá com as entidades científicas, do Governo, e tal, e houve uma marcha--atrás. Mas os núcleos ficaram e, de alguma forma, delinearam o feitio do curso que nós temos hoje. Dentro disso aí, houve uma reforma de currículo, que foi aquela que introduziu o conceito da formação complementar. E que era bastante exigente, era um peso grande na carga horária – foi reduzida depois, mas era um peso grande. Não me lembro agora exactamente, mas o sujeito tinha que fazer, no mínimo, cinco disciplinas fora da ECA, num campo que ele escolhesse. O próprio aluno passava a participar da construção do seu currículo, que era uma coisa muito interessante como conceito. Isto enriqueceu a discussão dentro do curso, na medida em que passou a haver confluências de perspectivas diferentes dentro da discussão interna do curso, trazida pelos alunos. Esta fase foi muito beneficiada, como resultado do crescimento da pós-graduação, pela existência de projectos de investigação financiados, que aumentaram em quantidade, quando se criaram os núcleos. Os núcleos se articularam em torno de projectos. E, com esses projectos, nós passámos a ter verbas para bolsistas, alunos de graduação bolsistas. Nós passámos a ter uma boa percentagem de alunos em tempo integral no curso, porque eles passaram a estar vinculados a projectos de investigação. Isto tudo são circunstâncias que melhoraram a qualidade do curso, independentemente das suas precariedades, das suas dificuldades. Mas houve uma melhoria que eu digo que talvez seja, principalmente, uma melhoria de massa crítica. Passou a haver uma visão muito mais exigente dos processos de ensino. Hoje, está se discutindo novamente o currículo.

P – Uma questão que se põe hoje tem a ver com o debate sobre a pressão empresarial para uma polivalência de jornalistas, especialmente quando trabalham no contexto dos grupos mediáticos...

MC – Isso existe, principalmente dentro da Internet que, apesar de toda a crise, constitui hoje, no Brasil, um mercado bastante expressivo para jornalistas. Uma influência que me parece que está a acontecer no Brasil, e também em Portugal, tem a ver com a alteração profunda dos modelos de “gerenciamento” dos negócios. Há cada vez

mais organizações empresariais fragmentando os seus espaços em unidades de negócio, e cada unidade de negócio tem de responder pelo seu lucro. Isto, portanto, torna as pessoas que trabalham nessa unidade de negócio solidárias em torno da obrigação – até para salvar o emprego, não é? Eu acho que deve haver uma influência, senão directa pelo menos indirecta, forte, dessa alteração dos modelos de “gerenciamento”. Passaram a ser horizontais, a verticalidade acabou, passando a haver hoje poucas pessoas a mandar. Nas corporações internacionais há uma horizontalidade. A *Folha* está toda estruturada assim. A redacção é uma unidade de negócio, a gráfica é uma unidade de negócio, cada suplemento é uma unidade de negócio, a editora é uma unidade de negócio. E, com isso, controlam-se as crises sem comprometer o todo. Está ruim na redacção, demite-se na redacção, mas os outros negócios ficam preservados.

P – Como analisa o discurso sobre a crise do jornalismo?

MC – É uma discussão muito complicada. Eu penso que a profissão de jornalista – se você entender o jornalismo como uma profissão – está numa crise muito séria. Está em crise a sua razão de ser, mas não a do jornalismo. O jornalismo, como processo, não está em crise, mas é cada vez mais decisivo. Hoje não é preciso um jornalista para espalhar uma notícia. A notícia é que tem de ter o valor de notícia, senão fracassa. Há uma crise irreversível na profissão de jornalista. Esse perfil da profissão foi construído ao longo de séculos, em que o jornalista, de uma forma mitológica – falsa, na minha opinião –, foi colocado num altar de poder que nunca existiu e, se existiu, é um altar que esconde um poder oculto que não é o que está ali. O poder dos jornalistas sempre foi a face visível de poderes ocultos. A profissão está em crise, na medida em que o território sagrado da redacção como espaço de decisões perdeu força. Se as redacções continuassem a ter o poder que tinham, ou o poder que imaginavam ter, os jornais hoje não eram tão iguais. Há 40 anos, os jornais eram diferentes entre si, porque cada redacção podia decidir o que publicar e o que não publicar; hoje não pode. Hoje, quem pensa o acontecimento pensa o acontecimento para ser notícia. As coisas são ditas e feitas com tal sentido jornalístico que não se pode deixar de noticiar, reproduzindo-se assim o que esses sujeitos produtores de conteúdos jornalísticos dizem e fazem. Esse sintoma de os jornais serem muito iguais é um sintoma bem mais complicado do que se pensa. Não é um problema só de criatividade. Há uma nova realidade nesse campo. Se quisermos ser duros, temos de reconhecer que as redacções perderam a capacidade de produzir os conteúdos. Os conteúdos estão a ser produzidos fora. Hoje, a materialidade dos acontecimentos é apenas um pretexto, porque o que importa num acontecimento é o que ele significa como notícia. A acção realiza-se na socialização do discurso. Na notícia. E isto pôs em crise a profissão. Com o rótulo de jornalista ou de qualquer outro profissional, a verdade é que há um saber que as fontes adquiriram, que passou para elas. Produzir um acontecimento que tem uma potencialidade de ser notícia irresistível é um saber.

P – Um saber que é hoje profissionalizado e institucionalizado.

MC – Sim. Em Portugal o jornalista tem que sair do Sindicato [entregar a carteira profissional...] para fazer isso. Em S. Paulo, há pelo menos – eu acho que são mais do

que isso – um terço dos jornalistas com carteira que trabalham nas fontes. O saber jornalístico das fontes não é uma coisa abstracta, é um saber adquirido, contratado. É a isso que eu chamo “revolução das fontes”, que foi silenciosa mas aconteceu.

P – Mas, face ao discurso que enfatizava o poder do jornalismo sobre a sociedade, o que sugere com essa ideia da “revolução das fontes” é que há também um poder que se exerce sobre o próprio jornalismo.

MC – O processo alargou-se. Mesmo as fontes na sua revolução preservaram a linguagem jornalística.

P – E foram buscar os próprios jornalistas...

MC – Sim. O pressuposto em que se organiza a cultura democrática é o de que a notícia é uma coisa veraz e que tem de ser acreditada. E ninguém quer publicar a notícia num jornal que não é acreditado. A natureza “confiável” da linguagem está inserida nas convenções sociais e culturais. É essencial para o próprio processo da democracia. Isto hoje é um jogo de confrontos extremamente acirrados. O jornalismo está em crise e, por isso, há uma contradição permanente e cada vez mais aguda no jornalismo. Por um lado, há o interesse particular, porque não se pode exigir que o discurso particular não tenha a organizá-lo o interesse particular; mas, por outro lado, o jornalismo tem um compromisso com um certo nível de interesse público. Esta contradição equaciona-se razoavelmente, quando se entende o jornalismo em duas dimensões. Uma, a dimensão de linguagem. A natureza da linguagem jornalística interessa ao interesse particular também, ao discurso particular. O discurso particular se beneficia da “confiabilidade” da linguagem jornalística. E sem essa “confiabilidade” ele não subsiste. E isto é também o que interessa preservar pelos mecanismos sociais, os mecanismos do confronto, porque você tem a democracia... A democracia o que é? É um milagre de confrontos organizado, de confrontos que têm uma lógica, e têm uma certa ordenação e uma certa coordenação. Porque você não realiza a democracia, que é um sistema que sempre busca o aperfeiçoamento, sem o conflito. E o conflito, hoje, é o conflito discursivo. O jornalismo, ao mesmo tempo que tem que preservar a sua aptidão de linguagem veraz, ele tem que – isto é uma coisa que ganhou significação maior nos últimos tempos, com a Internet, com as tecnologias de difusão – ir amadurecendo uma outra vocação, tão importante como a da linguagem, que é a vocação do espaço público. O espaço público “confiável”. Não há confrontos sem espaço público. Antigamente, o espaço público era a praça; era ali que se realizavam as coisas. Hoje o espaço público preponderante – da cena política, da cena económica, da cena social – é o espaço público do jornalismo, configurado no jornalismo. Porque os *media*, na sua totalidade, não garantem essa “confiabilidade” que o jornalismo garante. A natureza da linguagem jornalística – que não é uma invenção, é o que está estabelecido pelos pressupostos – é de que ela tem que ser merecedora de fé.

Nós estamos precisando de filósofos novos para pensar isto. Principalmente a questão do espaço público e do jornalismo como um espaço preferencial dos conflitos.